

AÇÃO E POLÍTICA: TENDÊNCIAS ATUAIS DA METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA

Profª Drª Catia Antonia da Silva,

Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social (área de concentração: História Social do Território) e do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rua Silveira Martins 147, apto: 807, CEP: 22221-000, Rio de Janeiro – RJ Brasil.

E-mail: catiaantonia@ig.com.br, catia.antonia@gmail.com

Introdução

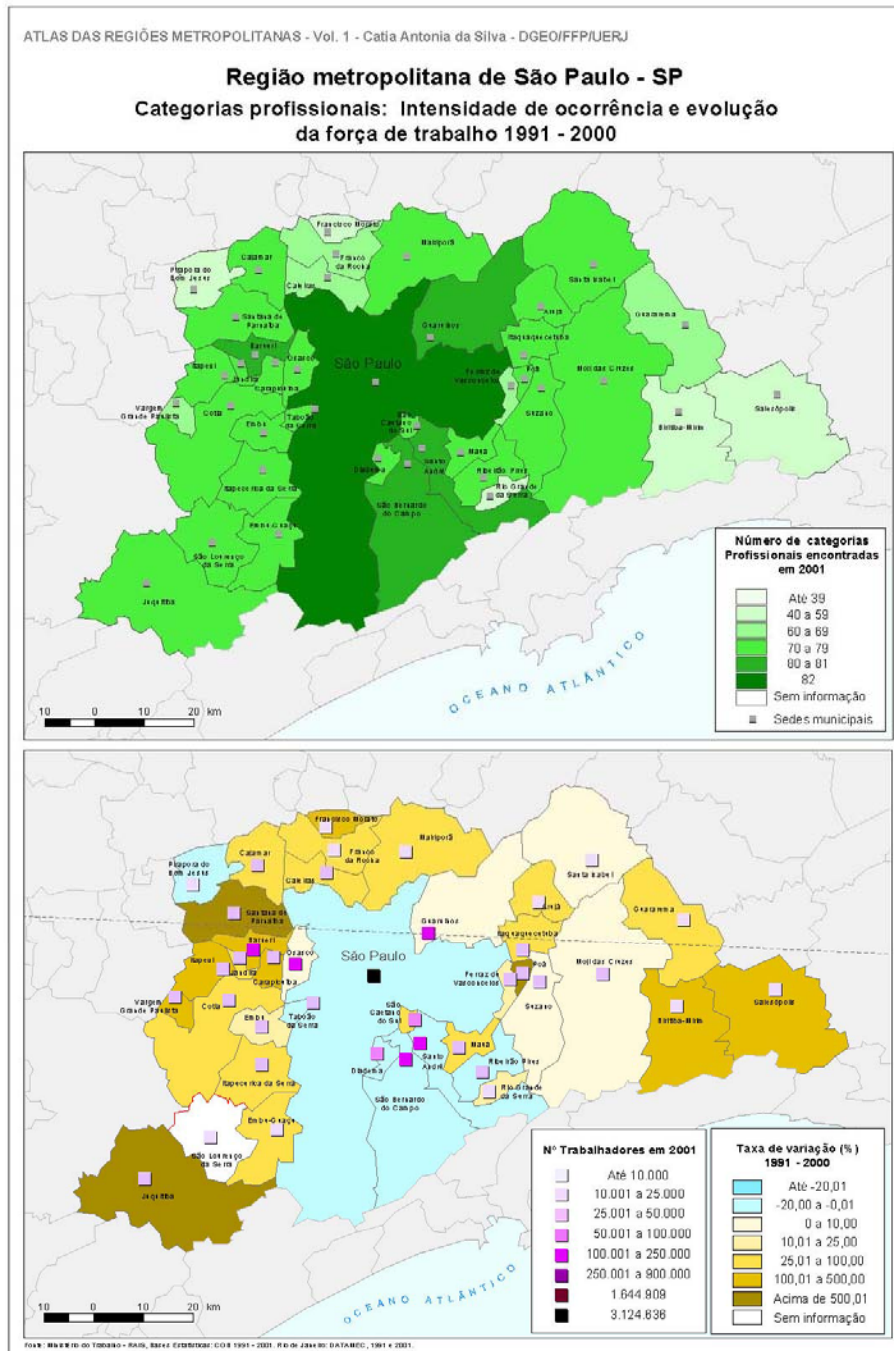
Nos anos 1990, e, sobretudo, nos anos 2000, configuram-se no território brasileiro novas tendências da metropolização em que processos diversos tornam evidentes, tais como: crise social no núcleo das velhas metrópoles, sendo indicada pela redução do crescimento econômico, dos postos de trabalho e demográfico no município-núcleo nas velhas metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e; ao mesmo tempo, a expansão metropolitana, aglutinando vida coletiva; a expansão da malha metropolitana destas metrópoles, devido aos diversos fatores como o deslocamento populacional e de atividades econômicas e de capitais do centro para a periferia. Por outro lado, é notável a disfunção entre o processo real metropolitano e os critérios governamentais de delimitação e de gestão das novas aglomerações metropolitanas. É um entra e sai de municípios das regiões metropolitanas, seguindo interesses e articulações políticas. Refletindo sobre tais processos verifica-se, portanto, de uma complexidade de processo que necessitam ser compreendidos na sua diversidade. O presente trabalho tem a intenção de analisar estes processos diversos, à luz de algumas metrópoles brasileiras. A metodologia utilizada busca dialogar conceitos com estas novas tendências.

Palavras-chave: metropolização, aglomeração, modernização, complexidade, desmetropolização, configuração político

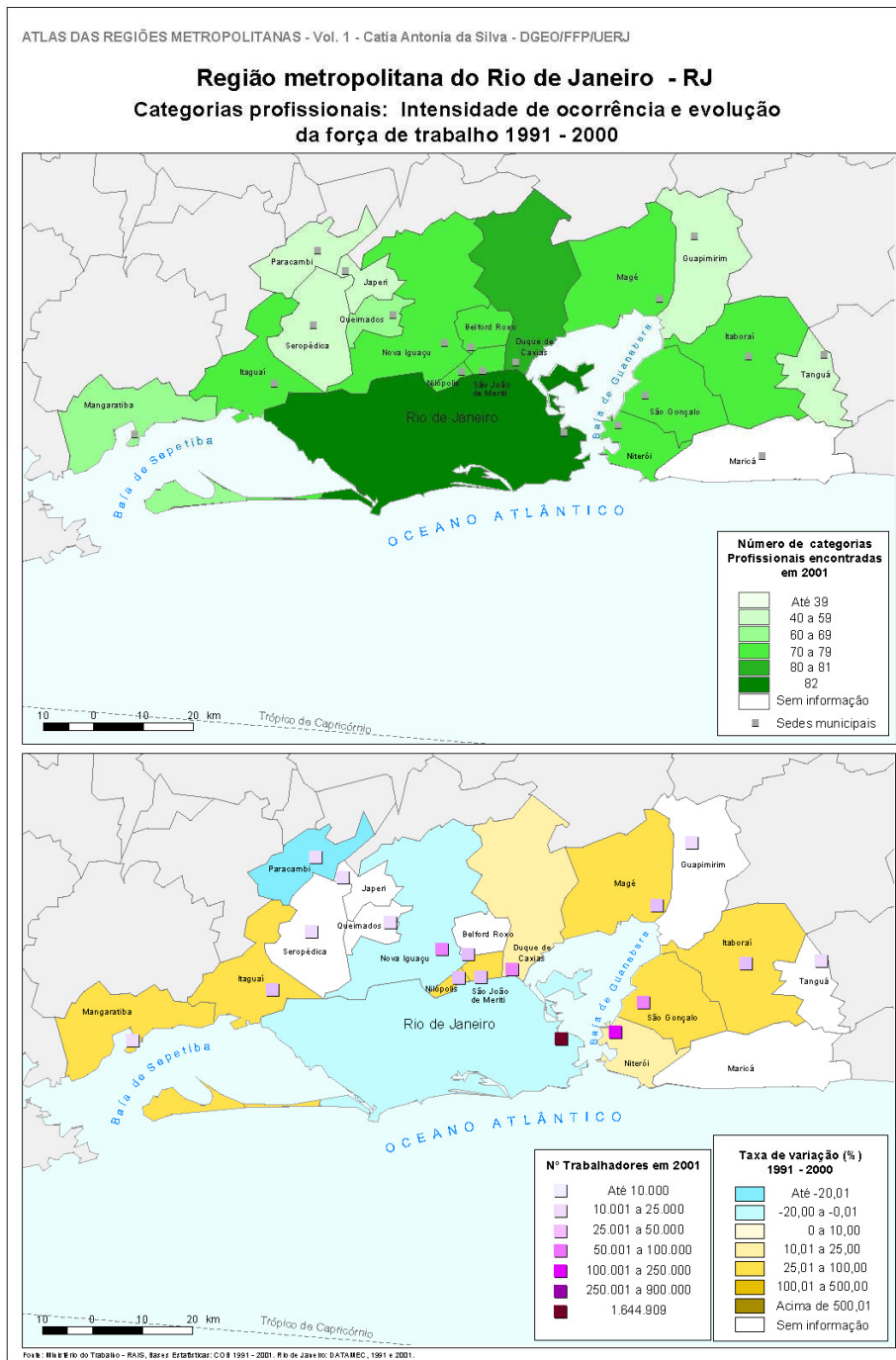
2 - A questão do trabalho e crise nas velhas metrópoles

Diante da crise da modernidade, novas orientações e novas possibilidades teórico-conceituais tornam-se fundamentais na reconstrução da releitura em relação ao outro e, sobretudo, o respeito em relação ao outro. A informalidade já é concebida não mais como um trampolim, como se dizia nos anos 1960 em contextos da teoria da marginalidade. A certeza da ampliação de trabalhadores que não terão acesso ao mercado formal de trabalho, reconhecemos que se trata de um processo em que não é uma estrutura social de “exército industrial de reserva”, como acreditava Marx (1986), mas é a não integração, de fato, de parcela de trabalhadores que por terem baixa escolaridade e/ou qualificação profissional fora dos novos padrões de ocupação, demandadas pela economia. Profissões, por exemplo, passam a agregar novos fazeres articulados às atividades econômicas como o turismo, segurança e administração de condomínios que necessita de profissionais políglotas, manipuladores de objetos tecnológicos. Neste sentido, se observa nas metrópoles velhas um contexto de crise e de acoplamento de processos de modernização que reforça a concentração socioespacial da diversidade profissional existentes. São espaços que passaram por processo profundo de industrialização: produção-distribuição-consumo, conforme Rio de Janeiro e São Paulo, ver mapa 1 e 2.

Mapa 1 - Ocupações profissionais em São Paulo



Mapa 2 – Ocupações profissionais no Rio de Janeiro



Como se observa nos Mapas 1 e 2, sobre as categorias profissionais, identificando– intensidade de ocorrência de ocupações profissionais, tendo o teto de 82 tipos, conforme CBO¹ da RAIS do Ministério do Trabalho – e na segunda parte do mapa, demonstra a taxa de crescimento dos postos de trabalho, por categoria profissional entre 1991 e 2000. O Mapa 1 sobre as características das ocupações profissionais na Região Metropolitana de São Paulo, nota-se que o município-núcleo tem maior número de ocupações profissionais, assim como o município do Rio de Janeiro, o que demonstra a grande diversidade e complexidade de tipos de profissões reconhecidos pela Ministério do Trabalho, relacionado-se com a dinâmica da economia, a existência concomitante de antigos e novos tipos de postos de trabalho (Silva, 2004).

Sobre a evolução da força de trabalho, isto é, a taxa de crescimento dos postos de trabalho entre 1991 e 2000, é notável a existência da crise de postos de trabalho, sobretudo, nos espaços tradicionais da industrialização. Na Região Metropolitana de São Paulo, é perceptível o crescimento negativo em cerca de 20% do número de postos de trabalho no município-núcleo, embora seja o município que mais concentra trabalhadores formais em relação aos demais municípios da região metropolitana (3.124.636 trabalhadores em 2001). Nos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, São Caetano do Sul e Ribeirão Pires experimentam a mesma redução (Mapa 1). Ao verificar o Mapa 2, sobre esta evolução na Região metropolitana do Rio de Janeiro, nota-se processo semelhante ao de São Paulo. O município-núcleo e Duque de Caxias destacam-se pela grande concentração de trabalhadores formais quando comparado aos demais municípios da Região Metropolitana. No entanto, ao demonstrar esta concentração, demonstra, ao mesmo tempo, a manifestação da crise: Estes dois municípios metropolitanos estiveram na faixa negativa de crescimento de postos de trabalho, enquanto que novos postos foram criados nos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Nilópolis, São João de Meriti, Itaguaí e Mangaratiba, que estiveram na faixa de 25 a 100% de crescimento entre 1991 e 2000.

¹ Categoria Brasileira de Ocupações profissionais

Além disso, de acordo com o Anexo 1 (Tabela 2), que referente aos postos de trabalho segundo ocupações profissionais, em áreas metropolitanas de: Belém, Fortaleza, São Luis, Natal, Recife, Macéio, Salvador, Belo Horizonte, Colar Metropolitano de Belo Horizonte, Vale do Aço, Colar Metropolitano do Vale do Aço, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Área de Expansão de Florianópolis, Vale Itajaí, Área de Expansão de Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense e sua área de expansão, Porto Alegre, DF e Entorno, Goiânia, somando-se os totais dessas áreas, em 2001, é notável o destaque de profissões ligadas ao setor terciário – administração pública, comércio, administração privada, educação e segurança, requerendo o nível médio de ensino. Os setores de Educação referem-se, sobretudo, aos investimentos públicos que aumentaram o número de estabelecimentos educacionais públicos e devem-se também à implementação da educação infantil, acentuando o número de creches, publicas e privadas (2.168.891 professores foram registrados, em 2001 no Ministério do Trabalho). Destaca-se ainda, o reconhecimento do setor educacional básico, médio e superior como um lócus de lucratividade. As manifestações da violência e a busca por segurança fazem crescer tanto o número de trabalhadores na administração de condomínios quanto na área estrita de segurança (812.545 trabalhadores de serviços de proteção e segurança foram registrados, em 2001 no Ministério do Trabalho).

Vale destacar, ainda, as ocupações profissionais que se destacaram no ano 2001, como postos de trabalho formal que tiveram maiores números de trabalhadores na metrópole do Rio de Janeiro: trabalhadores de serviços administrativos ou semelhantes- 2.606.320; trabalhadores de serviços de administração, conservação e limpeza de edifícios e logradouros públicos e assemelhados - 2.083.350; trabalhadores braçais - 1.194.857; trabalhadores de serviço de contabilidade, caixas e assemelhados - 645.613 trabalhadores; cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados foram 733.370; e agentes de administração pública- 1.874.655, sobressaindo, portanto, os setores de serviços e administração. No setor industrial

destaca-se os trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas percebendo cerca de 430.828 pessoas e no setor de comércio, os vendedores, empregados de comércio e trabalhadores assemelhados totalizaram 1.457.964 – ver Anexo 1.

Esta crise tende a ser denominada de involução metropolitana, conforme anuncia Milton Santos (1993, 1994a). Este autor propõe o conceito de “involução metropolitana” para apontar as questões relativas ao grande número de pobres urbanos, criando bases culturais nas metrópoles, vicejando formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidades estatística do crescimento econômico.

No livro “ Por uma economia política da cidade “, publicado em 1994 pela Hucitec Milton amadurece sua análise a respeito da “involução metropolitana”, relacionado à tendência da redução do crescimento do trabalho dos municípios-núcleo da cidade de São Paulo, gerando, portanto, a ampliação da economia informal, ao mesmo tempo, diz o autor sobre a capacidade de atração dos pobres feita pela metrópole (Santos, 1994b).

Na sua conclusão, a “involução metropolitana poder ser constatada por meio de três indicadores:

1 – O PIB cresce menos nas metrópoles que no país como um todo e em certas áreas de sua região de influência; 2 – há percentual de ocupações que remuneram menos mas empregam mais; e 3 – certos índices de qualidade de vida são maiores no interior do que nas metrópoles. (Santos, 1994b, p. 76)

Para concluir Milton Santos chama a atenção ao fato que a metrópole continua a ser o pólo econômico do país e que no seu formato produzido pela modernização excludente, criando cidades fragmentadas e corporativas, a metrópole continua a ser o centro de abrigo da pobreza.

3. Tendência da desmetropolização ou de expansão metropolitana

A expansão metropolitana, reforçada, sobretudo, nesta década, é processo recente que demonstra o crescimento econômico e demográfico maior nas áreas de fronteiras da metrópole e redução desse crescimento no município-núcleo das metrópoles, embora eles constituam-se as áreas mais dinâmicas, concentradoras das sedes das empresas e com grande número de população, conforme apresenta a literatura acadêmica geográfica, sociológica e urbanística, ver, por exemplo: Santos, 1991, 1993, 1994; Santos & Silveira, 2001; Scott, 1993; Negri, 1996, Negri & Pacheco, 1994; Lencione, 2005; Sánchez, 2002, Silva, Oliveira & Freire, 2006. Para esta conceituação não é o fim da metrópole, mas há uma alteração no processo de metropolização, o que há é uma expansão metropolitana em que novos municípios passam a fazer parte dos limites da metrópole. Isto se deve a dois processos.

O primeiro é processo social de mobilidade urbana. Trata-se de migração de antigos moradores do núcleo-metropolitano (classes pobre e média) que passam a residir em municípios que experimentam amplo processo de modernização, atraindo capital imobiliário e equipamentos urbanos. Em alguns casos, associa-se ainda a existência de postos de trabalho. Em geral a justificativa para a saída de município-núcleo se refere à violência e aos altos preços dos imóveis.

O segundo processo é de cunho econômico, a expansão das filiais e a implementação de novas empresas nos municípios periféricos e nos municípios fora da metrópole aponta para a expansão metropolitana, via a força de comando presente no município-núcleo, porque a modernização desses municípios se orientam por capitais que tem como origem e domínio, no território nacional, o município historicamente mais dinâmico, é o caso da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Emplasa, responsável pela análise da metropolização em São Paulo, aponta, ainda, para a noção de **complexo metropolitano**², em que demonstra a existência de relações complementares entre os municípios das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos, em que boa parte dos capitais que comando a cooperação tem

² Ver site www.emplasa.sp.gov.br

sede na cidade de São Paulo, o que mostra a existência de orientação espacial da lógica capitalista.

A Tendência da “desmetropolização” seria, segundo o autor, estes processos de desconcentração demográfica em velhas metrópoles (Recife, São Paulo, Rio de Janeiro) que teve origem nos anos 1980, principalmente na de São Paulo.

Diz o autor na conclusão deste capítulo:

“Esses resultados, indicativos de nova tendência, isto é, de aglomeração da urbanização em outro nível, parecem confirmar a tendência a que estamos alundindo, isto é, a uma desmetropolização que se verifica em paralelo com a permanência do fenômeno de metropolização” (Santos, 1993, p. 87)

O autor reflete, dialeticamente, identificando a complexidade de processos em que nas velhas metrópoles reduz a dinâmica populacional enquanto que elas se expandem englobando novos municípios em sua expansão territorial, o que reforça a metropolização (concentração). Além disso, a concentração entorno de novas cidades, tais como Goiânia, Maceió, São Luís, dentre outra reforça o processo de metropolização no país.

Nota-se nos mapas abaixo a tendência da expansão metropolitana de Belo Horizonte, Florianópolis, dentre outros, demonstrando aquela tendência estudada por Milton Santos (1994^a) que os municípios periféricos da metrópole paulista e o interior do estado de SP crescem mais que o município-núcleo. Sandra Lencione (2005, p. 50) aponta o processo de expansão metropolitana reflete o processo de desconcentração territorial da indústria que significou o crescimento das atividades secundárias em vários estados e a interiorização da indústria paulista. Segundo a autora foi esse movimento em direção ao interior do Estado de São Paulo que se traduziu numa intensa e ampla metropolização da região de Campinas.

A disjunção entre a metropolização e gestão metropolitana

Ao analisar o processo de expansão metropolitana, vale reconhecê-lo como processo relacionado à metropolização, ou seja, a inserção de novos municípios a vida de relações cotidianas, econômicas, sociais e culturais, dinamizando a vida coletiva. Mas na realidade urbana brasileira vale destacar dois processos que nos anos 1970 andavam junto. A definição política das regiões metropolitanas coincidiu com os limites das metrópoles, uma vez que a Geografia foi a ciência que operacionalizou leituras - visões de mundo - e preparou formas de intervenção a partir das teorias centro-periferia e pólos de desenvolvimento, buscando resolver os problemas dos desequilíbrios regionais (Becker, 1982; Abreu, 1994). O primeiro é , de natureza fenomênica, demonstra processos sociais, econômicos, alterando a dinâmica do território. O segundo processo refere-se à atual configuração político-administrativa da gestão urbana.

A partir dos anos 80, o fenômeno da metropolização tem mutações importantes na sua face político-administrativa e de gestão territorial: um é o fato que sua criação e gestão deixa de ser do âmbito federal para o âmbito das unidades da federação e, o outro consiste no surgimento de novas regiões metropolitanas, totalizando, hoje, 26 novos espaços (Tabela 1). Conforme pode se ver a Tabela 1, as novas regiões metropolitanas são, atualmente, espaços de gestão estadual, que foram criadas estimuladas pela Constituição de 1988 que passou a incentivar os governos estaduais a assumirem a responsabilidade da gestão metropolitana.

Tabela 1 -Regiões Metropolitanas do Brasil Legislação, data de criação, número de municípios integrantes e município-sede

Estados	Regiões Metropolitanas e RIDEs	Legislação	Data de Criação	Município -Sede
AL	RM de Maceió	LCE 18/1998	19/11/1998	Maceió
BA	RM de Salvador ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	Salvador
CE	RM de Fortaleza ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	Fortaleza
DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno ²	LCE 94/1998	19/02/1998	Brasília
ES	RM de Vitória	LCE 58/1995	21/02/1995	Vitória
GO	RM de Goiânia	LCE 27/1999	30/12/1999	Goiânia
MA	Grande São Luís	LCE 38/1998	12/01/1998	São Luís
MG	RM de Belo Horizonte ^{1 e 3}	LCF 14/1973	08/06/1973	Belo Horizonte
	RM do Vale do Aço ³	LCE 51/1998	30/12/1998	Ipatinga ⁵
PA	RM de Belém ¹	LCF 1419/1973	08/06/1973	Belém
PB	RM de João Pessoa	LCE 59/2003	30/12/2003	João Pessoa
PE	RM de Recife ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	Recife
PE/BA	RIDE Petrolina/Juazeiro	LCF 113/2001	19/09/2001	Juazeiro e Petrolina
PI/Ma	RIDE Teresina	LCF 112/2001	19/09/2001	Teresina
PR	RM de Curitiba ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	Curitiba
	RM de Londrina	LCE 81/1998	17/06/1998	Londrina
	RM de Maringá	LCE 83/1998	17/07/1998	Maringá
RJ	RM do Rio de Janeiro ¹	LCF 20/1974	1º/07/74	Rio de Janeiro
RN	RM de Natal	LCE 152/1997	16/01/1997	Natal
RS	RM de Porto Alegre ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	Porto Alegre
SC	RM de Florianópolis ⁴	LCE 162/1998	06/01/1998	Florianópolis
	RM do Vale do Itajaí ⁴	LCE 162/1998	06/01/1998	Blumenau
	RM do Norte/Nordeste Catarinense ⁴	LCE 162/1998	06/01/1998	Joinville
	RM da Foz do Rio Itajaí ⁴	LCE 221/2002	06/01/1998	Itajaí
	RM Carbonífera ⁴	LCE 221/2002	09/01/2002	Criciúma
	RM de Tubarão ⁴	LCE 221/2002	09/01/2002	Tubarão
SP	RM de São Paulo ¹	LCF 14/1973	08/06/1973	São Paulo
	RM da Baixada Santista	LCE 815/1996	30/07/1996	Santos
	RM de Campinas	LCE 870/2000	19/06/2000	Campinas
Total	26			

¹ As nove primeiras regiões metropolitanas instituídas no País, em 1973 e 1974.

⁴ Inclui o Núcleo Metropolitano e a Área de Expansão Metropolitana.

Fonte: Consulta e IBGE, 2004 e Emplasa, 2002.

A dimensão política da delimitação metropolitana, no contexto atual, demonstra, portanto que com o processo de redemocratização política do país foi acompanhado da descentralização administrativa, a criação das regiões metropolitanas passou a ser feita pelos estados da federação. Diferentes das nove antigas metrópoles que foram demarcadas no âmbito do poder centralizado - Governo Federal no bojo dos governos militares - e eram alvos dos planos nacionais de desenvolvimento, as novas regiões metropolitanas surgem no cenário político-territorial como um enigma sem maiores esclarecimentos à população.

Atualmente, as 26 Regiões metropolitanas que país possui, envolvendo mais de 400 municípios (Tabela 1) engendraram nova configuração espacial ao território nacional e ao mesmo tempo nos coloca o desafio de averiguar o processo de metropolização que apresenta características múltiplas e diversas: elementos estruturantes das antigas metrópoles que tiveram origem nos anos 50-60 e novos elementos demarcados pela forte concentração econômica e demográfica. Na nova tendência, existem processos novos tais como a RIDE de Brasília, um processo de metropolização que envolve municípios de três unidades federativas (Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais). Neste contexto como exerceria a gestão metropolitana, já que a responsabilidade é de âmbito estadual?

Esta nova configuração territorial nos colocar várias dúvidas em relação à capacidade de exercício da gestão metropolitana, a reflexão sobre a decadência de vários órgãos responsáveis pela gestão metropolitana, a explicitação de informações mais precisas sobre esta escala de vida e o envolvimento social nas questões que são de âmbito metropolitano. Onde se encontra o fórum nacional do debate da questão metropolitana? Temos visto neste momento de redemocratização política, limites na participação popular da gestão, ainda que o Estatuto das Cidades aponte para a importância da Gestão democrática das metrópoles.

O processo de redemocratização político-administrativa, marcado pela Constituição de 1988, a transposição de responsabilidades no âmbito estadual ocorre concomitante a fragilização do planejamento territorial ao nível do governo federal e ao fortalecimento dos municípios como responsáveis pelo planejamento dos usos do território e dos serviços públicos (o denominado poder local). Em consequência, observa-se, nos últimos anos, a crise dos organismos de planejamento metropolitano, como ocorreu no Rio de Janeiro, Salvador, Belém, etc.. Apenas o de Porto Alegre e São Paulo mantiveram seu exercício de diagnóstico e de intervenção em suas respectivas metrópoles. Mais recentemente com a criação do Fórum Nacional das Entidades Metropolitanas, tendo na presidência representante da EMPLASA. Parece que se buscará um diálogo nacional sobre problemas comuns das áreas metropolitanas. Mas este diálogo ainda está circunscrito aos órgãos de governos, não houve ainda uma política de inclusão da sociedade civil, de maior divulgação da informação e maior troca de comunicação entre Estado e Sociedade. Na verdade, a sociedade ainda tem a leitura da metropolização a partir das antigas metrópoles.

Considerações finais

Nos limites destas páginas, buscou-se apresentar duas reflexões. Uma a respeito da tendência atual da metropolização brasileira e o debate conceitual no campo da Geografia, principalmente, o que significou desdobramento e surgimento de novas referências conceituais para explicar novos processos relacionados a desconcentração espacial de indústrias, trabalho e de pessoas, tais como expansão metropolitana, desmetropolização, involução metropolitana. Neste processo de expansão territorial da modernização se redesenha a relação urbano-rural tendo as metrópoles um papel importante na difusão de novas tecnologias e de conhecimentos (Santos, 1993; Santos & Silveira, 2001), contribuindo assim para a modernização do campo e das cidades médias. A expansão metropolitana assim, assume o papel de “dissolução da metrópole” como ensina Milton Santos (1993). Trata-se de um campo fenomênico em mutação, que por isto mesmo necessita de estudos mais gerais e

integrados. Além disso, ou seja, da análise de fenômenos sociais, culturais e econômicos que alteram a configuração territorial da metropolização é necessário a atenção para a dimensão política – a gestão metropolitana e sua intervenção na delimitação de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento (Rides). Isto porque com 29 espaços metropolitanos institucionalizados, disputando recursos, fez desta delimitação um abandono entre a compreensão do fenômeno metropolitano e o fortalecimento de posições políticas que criam critérios totalmente separado dos critérios científicos sobre a metropolização. A decisão de excluir ou incluir um município de uma área metropolitana feita pelos governos estaduais, seguem orientações a partir de pactos entre instâncias governamentais e de interesses financeiros. Mas deve-se ter em mente que o projeto político, altera processos econômicos e sociais, alterando portanto a configuração territorial, sobretudo neste contexto das guerras dos lugares, onde os municípios são visto como poder local possível de realização de desenvolvimento econômico.

Este texto buscou trazer contribuições para a reflexão a cerca do fenômeno metropolitano, averiguando tendências atuais à luz da realidade brasileira e a necessária atenção a disfunção entre processo fenomênico metropolitano e desideratos políticos.

Referências Bibliográficas

- Abreu, Maurício. 1994. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à História do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE. Rio de Janeiro, v. 56, n 1/4, p. 21-122. jan./dez
- Becker, Bertha. Geopolítica da Amazônia: 1982.
- Egler, Cláudio. 1996. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In Castro, Iná Elias. et al. (orgs). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.185-196.

- Negri, Barjas. & Pacheco, Carlos Américo. 1994. Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos anos 90: a nova dinâmica espacial da indústria paulista. *Espaço e Debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 62-82.
- Santos, Milton. 1993. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 174p.
- Santos, Milton. 1994a. *Técnica, Espaço, Tempo*: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 190p.
- Santos, Milton. 1996. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec,. 308 p.
- Santos, Milton. & Silveira Maria Laura. 2001. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 471p.
- Sánchez, Joan-Eugeni. 2002. Base Económica y Reestructuración Productiva en la Región Metropolitana de Barcelona. Seminario Internacional El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado: una mirada a Europa y América Latina. *Actas...* Barcelona: Institut Català de Cooperació Iberoamericana.
- Silva, Catia Antonia da. 2004. *Atlas das Regiões Metropolitanas Brasileiras*. São Gonçalo: FFP/UERJ. CD-ROM.
- Scott, Alan. 1983. A. Industrial organization and the logic of intrametropolitan location II: case study of printed circuit industry in the greater Los Angeles region, *Economic Geography*, 59, p.343-67.
- Silva, Catia. Antonia. Da, Oliveira, Floriano. J. & Guichard Freire, Desiree. 2006. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 504p.

Anexo 1

Tabela 2- Total de número de trabalhadores por categoria brasileira de ocupações em áreas metropolitanas brasileiras – 2001

Categoria Brasileira de Ocupações	Total
Químicos, físicos e trabalhadores assemelhados	20.240
Engenheiros arquitetos e trabalhadores assemelhados	142.020
Técnicos desenhistas técnicos e trab assemelhados	498.929
Oficiais de bordo e trab assem (aviação comer e mar mercante)	11.766
Biologistas engenheiros agrônomos e trabalhadores assemelhados	17.810
Med cirurgiões dentistas med veterinário enferm. e trab assem	538.607
Estatísticos, analistas de sistemas e trab assemelhados	137.456
Economistas e técnicos de administração	124.073
Juristas	38.236
Professores.	2.168.891
Escritores,jornalistas,locutores e trabalhadores assemelhados	46.941
Escultores pintores fotógrafos e trab assemelhados	11.769
Músicos, artistas empresários e produtores de espetáculos	13.121
Técnicos desportivos atletas profissionais e trab assemelhados	35.376
Trab prof cient.,tec artist,trab assemelh n/classif. s/out epigraf	82.579
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	399.427
Membros da diplomacia	628

Diretores de empresas	49.091
Gerentes de empresas	384.374
Chefes intermediários administrativo de contabilidade e finanças	281.882
Agentes de administração publica	1.874.655
Secretários, datilógrafos,estenógrafos e trabalhadores assemelhado	267.660
Trabalhadores de serviço de contabilidade caixas e trab assemelh	645.613
Oper. de maq. contab, calcular e processamento automático de dados	148.850
Chefes de serviços de transportes e comunicações	32.377
Despachantes,fiscais,cobradores de transp coletivos (exceto trem)	186.072
Classificadores de correspondência, carteiros e mensageiros	101.402
Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	155.900
Trab serv administrativos, trab assemelh n/classif. s/out epigraf	2.606.320
Comerciantes (comercio atacadista e varejista)	18.965
Supervisores de compras e de vendas, compradores e trab assemelh	260.033
Agentes técnicos de vendas e representantes comerciais	96.257
Corretores, agentes de venda serv as emp,leiloeiros e avaliadores	22.227
Vendedores,empregados de comércio e trabalhadores assemelhados	1.457.964
Trabalhadores de comercio e trab assemelh n/classif s/out epigraf	594.304
Gerentes hotéis,restaurantes,bares,estab	26.393

similares e trab assemelh	
Mordomos, governantas e trabalhadores assemelhados	7.065
Cozinheiros, garçons, barmen e trabalhadores assemelhados	733.370
Trab serventia e comissarios (serv. transportes passageiros)	146.440
Trab serv admin, conserv, limp de edificios lograd publ trab assem	2.083.350
Lavadeiros, tintureiros e trabalhadores assemelhados	58.467
Trab servicos de higiene e embelezamento e trabalhadores assemelh	441.674
Trabalhadores de serviços de proteção e segurança	812.545
Trab serviço higiene embelez seg e trab assemelh não classificado	127.285
Administradores, capatazes de explorações agropecuárias florestais	28.414
Produtores agropecuários	7.632
Trabalhadores agropecuários polivalente e trab assemelhados	376.399
Trabalhadores agrícolas especializados	384.812
Trabalhadores da pecuária	146.536
Trabalhadores florestais	53.284
Pescadores e trabalhadores assemelhados	13.739
Oper. de maquinas e implementos de agricultura, pecuária expl florest	81.211
Agentes de mestria	133.282
Trabalhadores de minas, pedreiras, condadores e trab assemelhados	44.641
Trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos	279.160
Trabalhadores de tratamento da madeira, de fabricação papel, papelão	118.509
Operadores instalação processamento quim e trab	93.708

assemelhados	
Fiandeiros tecelões tingidores e trabalhadores assemelhados	158.318
Trabalhadores de curtimento	21.377
Trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas	430.828
Trab de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros	6.632
Trabalhadores de costuras, estofadores e trabalhadores assemelh	404.482
Trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro	246.775
Marceneiros, oper maquinas de lavrar madeira e trab assemelhados	142.823
Cortadores, polidores e gravadores de pedras	15.017
Trabalhadores da usinagem de metais	318.991
Ajustad mec montadores e mec de maquinas veículos instr. precisão	438.470
Eletricistas eletrônicos e trabalhadores assemelhados	364.196
Oper estações de radio e tv - equipam sonorização, projeções cinematográficas	21.943
Encanad soldad chapeadores caldeireiros mont. estruturas metálicas	215.424
Joalheiros e ourives	8.907
Vidreiros, ceramistas e trabalhadores assemelhados	105.280
Trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico	184.908
Confeccionadores de produtos de papel e papelão	18.607
Trabalhadores das artes gráficas	132.758
Pintores	84.683
Trab conf inst musicais prod vime simil der min n met trab assem	16.631
Trabalhadores da construção civil e trabalhadores	769.586

assemelhados	
Operadores de maquinas fixas e de equipamentos similares	145.111
Trab manipulação merc. materiais oper. maq. const. civil trab assem	377.475
Condutores de veículos de transportes e trab assemelhados	1.106.264
Trabalhadores braçais não classificados sob outras epigrafes	1.194.857
Ignorado	589.540
Total	27.189.614

OBS: O Total de áreas metropolitanas refere-se: Belém, Fortaleza, São Luis, Natal, Recife, Macéio, Salvador, Belo Horizonte, Colar Metropolitano de Belo Horizonte, Vale do Aço, Colar Metropolitano do Vale do Aço, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Curitiba, Londrina, Maringa, Florianópolis, Área de Expansão de Florianópolis, Vale Itajaí, Área de Expansão de Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense e sua área de expansão, Porto Alegre, DF e Entorno, Goiânia

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RAIS (relação anual de informações sociais). 2001. Rio de Janeiro: DATAMEC, 2002.

